

# **FASUL EDUCACIONAL**

## **(Fasul Educacional EaD)**

---

### **PÓS-GRADUAÇÃO**

### **GESTÃO EM COMPLIANCE**

---

### **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

## GESTÃO EM COMPLIANCE

<b>DISCIPLINA:</b> GESTÃO DE COMPLIANCE	
<b>EMENTA</b>	
Compliance é um termo ainda novo, se comparado a outras funções similares no meio organizacional, e está presente como um meio importante que controla e infunde uma cultura de gestão de risco, em qualquer organização. Observamos, cada vez mais, o aumento das regulamentações, a complexidade dos ambientes interno e externo e o aumento da conscientização de todos os responsáveis para que percebam determinados riscos recebidos; e, com isso, aumenta também a necessidade de haver controle interno sobre os processos que impactam nos negócios em vigor nas organizações.	
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>	
<b>AULA 1</b>	
O GERENCIAMENTO DE COMPLIANCE E SEU CONCEITO CONDUTA CORPORATIVA ÉTICA CULTURA CORPORATIVA	
<b>AULA 2</b>	
O COMITÊ COMPLIANCE OFFICE GESTÃO DE CRISES PRINCIPAIS ELEMENTOS	
<b>AULA 3</b>	
IDENTIFICANDO PROBLEMAS COMPLIANCE REGULATÓRIO PRINCIPAIS AGÊNCIAS REGULADORAS A IMPORTÂNCIA DA COMUNICAÇÃO DE COMPLIANCE	
<b>AULA 4</b>	
VALIDAÇÃO O COMPLIANCE NAS CORPORAÇÕES COMPLIANCE EM STARTUPS IMPLEMENTAÇÃO DE COMPLIANCE	
<b>AULA 5</b>	
IMPORTÂNCIA DO PROGRAMA DE SEGURANÇA PARA AS NORMAS ISO/IEC 27001 E A ISO/IEC 27002 DOCUMENTOS ELETRÔNICOS E O COMPLIANCE BENEFÍCIOS DA CERTIFICAÇÃO DE COMPLIANCE	
<b>AULA 6</b>	
CONTROLES, RISCOS E CONDUTA PROFISSIONAL RISCOS NA ORGANIZAÇÃO COMPLIANCE E A GESTÃO DE PESSOAS CULTURA EM COMPLIANCE E CONTROLES INTERNOS	
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	
<ul style="list-style-type: none"><li>• ASSI, M. Compliance: como implementar. São Paulo: Trevisan Editora, 2018.</li></ul>	

- BLOK, M. Compliance e governança corporativa: atualizado de acordo com a Lei Anticorrupção Brasileira (Lei 12.846) e o Decreto-Lei 8.421/2015. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2017.
- CHÉR, R. Engajamento: melhores práticas de liderança, cultura organizacional e felicidade no trabalho. 2. ed. Rio de Janeiro: Alta Books Editora, 2018.

<b>DISCIPLINA:</b> ELABORAÇÃO, GESTÃO E AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS DE COMPLIANCE
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>
<b>AULA 1</b> HISTÓRICO E GLOBALIZAÇÃO O QUE É COMPLIANCE? CULTURA DO COMPLIANCE ENTENDENDO A CULTURA DO COMPLIANCE
<b>AULA 2</b> LEI ANTICORRUPÇÃO TRANSPARÊNCIA E ACESSO À INFORMAÇÃO INSTRUMENTOS DE PREVENÇÃO E COMBATE À CORRUPÇÃO PROCEDIMENTOS INTERNOS DE INTEGRIDADE
<b>AULA 3</b> EXECUÇÃO DA ANÁLISE DE RISCO AVALIAÇÃO DA ANÁLISE DE RISCO DEFINIÇÃO E OBJETIVO DOS TESTES DE COMPLIANCE ALINHANDO TESTES DE COMPLIANCE NAS TRÊS LINHAS DE DEFESA
<b>AULA 4</b> ANTISSUBORNO - ISO 37001 COMPLIANCE - ISO 19600 A ESTRUTURAÇÃO ABORDAGEM DA IMPLEMENTAÇÃO DA ESTRUTURA
<b>AULA 5</b> AVALIAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO AVALIAÇÃO DE RISCO DE FRAUDE EXECUTANDO A AVALIAÇÃO DE RISCOS PLANEJAMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DOS PLANOS DE PREVENÇÃO
<b>AULA 6</b> TESTE DE DESIGN DE CONTROLES OTIMIZAÇÃO DA AFETIVIDADE DO CONTROLE INTERNO MONITORAMENTO CONTÍNUO OBSERVAÇÕES FINAIS

<b>DISCIPLINA:</b> COMPLIANCE EMPRESARIAL
<b>EMENTA</b>
É importante mencionar que, muitas vezes, há dificuldades para se compreender o termo compliance, isso porque esse conceito é relativamente novo em nosso País e também porque essa palavra era utilizada apenas em ambientes corporativos de setores altamente regulados, por exemplo: financeiras, indústrias de saúde, multinacionais vinculadas a leis

internacionais de anticorrupção. Em que pese o compliance ser relativamente novo no Brasil, o instituto em si é antigo e muito difundido no exterior, mas, infelizmente, o Brasil, por muitos anos, permaneceu inerte ante à impunidade de pessoas físicas e jurídicas, que não respeitavam a legislação pátria, ética, moral etc.

## **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

### **AULA 1**

CONCEITO DE COMPLIANCE

PILARES DO COMPLIANCE

EMPREGADOS E CÓDIGO DE ÉTICA DA EMPRESA

STF E COMPLIANCE FRENTE À AÇÃO PENAL 470 – CASO PRÁTICO

### **AULA 2**

ANÁLISE DE RISCOS DE UMA ORGANIZAÇÃO/EMPRESA

RISCOS – CONCEITOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE UM PROGRAMA DE COMPLIANCE

ESTRATÉGIAS DE GESTÃO DE RISCOS

PROCEDIMENTOS E FERRAMENTAS QUE ORIENTARÃO CONDUTAS

### **AULA 3**

COMUNICAÇÃO E TREINAMENTO

DUE DILIGENCE DE TERCEIROS

ACOMPANHAMENTO DO FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA DE COMPLIANCE

DISPONIBILIZAÇÃO DE MECANISMOS DE DENÚNCIAS ANÔNIMAS OU

CONFIDENCIAIS

### **AULA 4**

COMPLIANCE E NOÇÕES DOS CUSTOS DE TRANSAÇÃO

CATEGORIA DOS CUSTOS

TIPOS DE COMPLIANCE

CASO PRÁTICO – DEMISSÃO DE EMPREGADOS QUE PEDIRAM AUXÍLIO

EMERGENCIAL INDEVIDAMENTE

### **AULA 5**

CORRUPÇÃO NOS CENÁRIOS NACIONAL E INTERNACIONAL

GOVERNANÇA CORPORATIVA

AS NORMAS ANTICORRUPÇÃO NO BRASIL

SANÇÕES PREVISTAS NA LEI N. 12.846/13

### **AULA 6**

COMPLIANCE E LEI 13.303/16

ITER CRIMINIS E COMPLIANCE

AUDITORIA INTERNA E CONTROLADORIA

FINALIZANDO

## **BIBLIOGRAFIA**

- CARVALHO, A. C. (Coord.). et al. Manual de compliance. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020.
- CATLETT, C. A responsabilidade pessoal dos executivos de compliance. Legis Compliance, 1 out. 2019. Disponível em: <https://www.legiscompliance.com.br/artigos-e-noticias/1732-a-responsabilidade-pessoal-dos-executivos-de-compliance>.
- SILVEIRA, R. de M. J.; SAAD-DINIZ, E. Compliance, direito penal e lei anticorrupção. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

GOVERNANÇA E COMPLIANCE
<b>EMENTA</b>
O movimento de governança corporativa se iniciou nos Estados Unidos, como reação ao desenvolvimento das grandes companhias americanas. Estas eram marcadas pela pulverização de capital, o qual era detido de forma fragmentada por diversos acionistas. Assim, se configurou uma forte separação entre a propriedade das empresas e sua gestão ou controle.
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>
<b>AULA 1</b>
A GOVERNANÇA PRIVADA E O DESENVOLVIMENTO DA GOVERNANÇA PÚBLICA
A GOVERNANÇA PÚBLICA
A INCORPORAÇÃO DA GOVERNANÇA PÚBLICA NO BRASIL
PRINCÍPIOS DA GOVERNANÇA PÚBLICA
<b>AULA 2</b>
MATRIZ DE RISCOS
A RELAÇÃO ENTRE A BOA GOVERNANÇA E OS PROGRAMAS DE COMPLIANCE
INTRODUÇÃO AO COMPLIANCE
PRINCÍPIOS DO COMPLIANCE
<b>AULA 3</b>
O COMPLIANCE OFFICER
COMO AFERIR UM PROGRAMA DE COMPLIANCE
O COMPLIANCE NO BRASIL
LEIS QUE INTERNACIONALIZARAM O COMPLIANCE
<b>AULA 4</b>
A LEI ANTICORRUPÇÃO E O COMPLIANCE
AS MODALIDADES DE COMPLIANCE
O COMPLIANCE CRIMINAL
O COMPLIANCE NA REPRESSÃO À LAVAGEM DE DINHEIRO
<b>AULA 5</b>
COMPLIANCE PÚBLICO
COMPLIANCE NAS EMPRESAS ESTATAIS BRASILEIRAS
COMPLIANCE E COMPRAS PÚBLICAS: PROJETO DE LEI N.303/2016
EXIGÊNCIA DOS PROGRAMAS DE COMPLIANCE NAS LICITAÇÕES
<b>AULA 6</b>
INSTRUMENTOS PREVENTIVOS DA CORRUPÇÃO
OS PROJETOS CAPITÃES DE COMPLIANCE
NÃO SEGUIMENTO DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE
RESPONSABILIDADE OBJETIVA E SUBJETIVA
<b>BIBLIOGRAFIA</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>● ABNT – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR ISO 31000:2018. Disponível em: <a href="http://www.abntcatalogo.com.br/norma.aspx?ID=392334">http://www.abntcatalogo.com.br/norma.aspx?ID=392334</a>. Acesso em: 13 nov. 2018.</li><li>● ALTOUNIAN, C. S.; DE SOUZA, D. L. LAPA, L. R. G. Gestão e governança pública para resultados: uma visão prática. Belo Horizonte: Fórum, 2017.</li><li>● NASCIMENTO, J. O. Panorama internacional e brasileiro da governança, riscos, controle internos e compliance no setor público. In: Compliance, gestão de riscos e combate à corrupção. Integridade para o desenvolvimento. Coordenadores: Marco</li></ul>

Aurélio Borges de Paula e Rodrigo Pironti Aguirre de Castro. Editora Fórum: Belo Horizonte, 2018.

<b>DISCIPLINA:</b> <b>COMPLIANCE DIGITAL E GOVERNANÇA CORPORATIVA</b>	
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>	
<b>AULA 1</b>	
CONCEITO DE COMPLIANCE REDUÇÃO DE RISCOS PROGRAMA DE COMPLIANCE LEGISLAÇÃO ANTICORRUPÇÃO	
<b>AULA 2</b>	
COMPLIANCE DIGITAL – LINHAS GERAIS LEI DE CRIMES CIBERNÉTICOS MARCO CIVIL DA INTERNET MARCO CIVIL – PRINCÍPIOS E ASPECTOS GERAIS	
<b>AULA 3</b>	
LGPD – ASPECTOS GERAIS CONFORMIDADE – LGPD ISO 27000 – SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO	
<b>AULA 4</b>	
TEORIAS DA GOVERNANÇA CORPORATIVA OS QUATRO PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA GOVERNANÇA CORPORATIVA A EVOLUÇÃO DA GOVERNANÇA CORPORATIVA NO BRASIL MECANISMOS DE CONTROLE	
<b>AULA 5</b>	
GESTÃO DE RISCOS MODELO COSO DE GERENCIAMENTO DE RISCOS PRINCIPAIS RISCOS CORPORATIVOS METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DE RISCOS	
<b>AULA 6</b>	
OS PRINCÍPIOS DA LGPD O DIREITO DO CONSUMIDOR E O MARKETING DIGITAL ESTRUTURAÇÃO DE UM PROGRAMA DE PROTEÇÃO DE DADOS SITUAÇÕES PRÁTICAS DE COMPLIANCE DIGITAL E LGPD	

<b>DISCIPLINA:</b> <b>COMPLIANCE E POLÍTICAS ANTICORRUPÇÃO</b>	
<b>EMENTA</b>	
Embora os processos da Lava-Jato ainda estejam longe de chegar ao fim, este é o momento propício para mobilizar a sociedade na luta contra a corrupção. Esperar pode significar perder a janela de oportunidade que a operação criou ao abrir os olhos da população para a dimensão do problema. (Dallagnol, 2017, p. 14)	
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>	
<b>AULA 1</b>	
RECENTES EXEMPLOS INTERNACIONAIS	

O BRASIL NO CENTRO DA CORRUPÇÃO  
MEDIDAS DISRUPTIVAS E A OPERAÇÃO LAVA JATO  
O SISTEMA ANTICORRUPÇÃO

**AULA 2**

ORIGENS MORAIS E ÉTICAS  
DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS ACERCA DO TEMA  
COMPLIANCE PÚBLICO  
COMPLIANCE PRIVADO

**AULA 3**

ASPECTOS PERTINENTES DA LEI N. 13.303/2016  
A LEI N. 19.857/2019 DO ESTADO DO PARANÁ  
CÓDIGOS DE ÉTICA E CONDUTA  
DIFICULDADES E DESAFIOS DO AMBIENTE PÚBLICO

**AULA 4**

ABRANGÊNCIA DA NORMA  
DOS ATOS CONSIDERADOS LESIVOS  
DAS SANÇÕES E CONDICIONANTES  
PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO - PAR E O ACORDO DE LENIÊNCIA

**AULA 5**

O DESENVOLVIMENTO DA GOVERNANÇA PÚBLICA  
GOVERNANÇA PÚBLICA  
GOVERNANÇA PÚBLICA NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO  
GOVERNANÇA PÚBLICA: PRINCÍPIOS E COMPLIANCE

**AULA 6**

O COMPLIANCE OFFICER  
AVALIANDO UM PROGRAMA DE COMPLIANCE  
GESTÃO DE RISCOS  
MODALIDADES DE COMPLIANCE

**BIBLIOGRAFIA**

- DALLAGNOL, D. A luta contra a corrupção. Rio de Janeiro: Primeira Pessoa, 2017.
- LUPION, B. Quais são as raízes da corrupção no Brasil. Nexo Jornal, 13 abr. 2017. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/04/13/Quais-s%C3%A3o-as-ra%C3%ADzes-da-corrup%C3%A7%C3%A7%C3%A3o-no-Brasil>.
- ZILLOTTO, M. M; CASTRO, R. P. A. Compliance nas contratações públicas: exigência e critérios normativos. Belo Horizonte: Fórum, 2019.

<b>DISCIPLINA:</b> AUDITORIA DE RISCOS
<b>RESUMO</b>

A gestão de riscos e a auditoria interna são temas cada vez mais relevantes para empresas de todos os setores, pois a complexidade das atividades financeiras e operacionais, combinada com a necessidade de atender a regulamentações cada vez mais rigorosas, faz com que esses assuntos sejam fundamentais para garantir a eficiência e a sustentabilidade dos negócios.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**AULA 1**

AUDITORIA INTERNA NAS ATIVIDADES FINANCEIRAS E OPERACIONAIS  
CONTROLE INTERNO - MÉTODOS E PROCEDIMENTOS PARA EVITAR FRAUDES,  
ERROS, INEFICIÊNCIAS E CRISES  
RELAÇÃO DA AUDITORIA INTERNA E A ANÁLISE E GESTÃO DE RISCO  
ESTUDO PRÁTICO 1 - A IMPLEMENTAÇÃO DA AUDITORIA BASEADA EM RISCOS  
(ABR)

### **AULA 2**

DEFINIÇÃO DE RISCO – CONCEITO APLICADO PELAS NORMAS  
TIPOS DE RISCOS QUE AFETAM E AMEAÇAM UM MODELO DE NEGÓCIO  
GESTÃO DE RISCO – IMPORTÂNCIA E IMPLEMENTAÇÃO  
ESTUDO PRÁTICO 2 – MODELOS DE GESTÃO DE RISCO

### **AULA 3**

NORMA DE GESTÃO DE RISCO DA FERMA  
NORMA DE GESTÃO DE RISCOS AUSTRALIANA AS/NZS 4360  
ISO 31000- NORMA INTERNACIONAL DE GESTÃO DE RISCO  
ESTUDO PRÁTICO 3 – COSO ERM FRAMEWORK PARA GERENCIAMENTO DE  
RISCOS

### **AULA 4**

ERRO X FRAUDE  
CASOS DE FRAUDE NO BRASIL  
CONTABILIDADE CRIATIVA  
CONTABILIDADE CRIATIVA X FRAUDE

### **AULA 5**

AUDITORIA EM GERENCIAMENTO DE PROJETOS  
GERENCIAMENTO DO PROGRAMA DE AUDITORIA  
MATURIDADE EM PROJETOS E O OLHAR DA AUDITORIA  
ESTUDO PRÁTICO GERENCIAMENTO DE RISCOS CORPORATIVOS

### **AULA 6**

MATERIALIDADE E O NÍVEL DE RISCO DE AUDITORIA  
O IMPACTO DA CRISE FINANCEIRA NO RISCO E NAS TAXAS DE AUDITORIAS  
PREVENÇÃO DE RISCOS FUTUROS  
ESTUDO PRÁTICO 6 ATRIBUTOS DO COMITÊ DE AUDITORIA

### **BIBLIOGRAFIAS**

- BRASIL. Controladoria-Geral da União. Instrução Normativa Conjunta MP/CGU n. 1, de 10 de maio de 2016. Diário Oficial da União, Brasilia, DF, 11 maio 2016.
- BRASIL. Controladoria-Geral da União. Instrução Normativa n. 24, de 17 de novembro de 2015. Diário Oficial da União, Brasilia, DF, 18 nov. 2015.
- BRASIL. Gestão de riscos: roteiro de auditoria. Brasilia: TOU, 2017.

### **DISCIPLINA:**

#### **LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS**

#### **RESUMO**

A gestão eletrônica de documentos (GED) é uma evolução natural da gestão documental convencional, que tem como base o papel. A gestão de documentos convencional é um processo caro, lento e sujeito a erros, que exige muito espaço físico e muito tempo para gerenciamento e recuperação de documentos. O GED substitui o gerenciamento manual de documentos pelo gerenciamento digital, o que traz inúmeras vantagens. Com o GED, documentos podem ser facilmente digitalizados, indexados e armazenados em um sistema

eletrônico centralizado. Isso permite que documentos sejam recuperados rapidamente por meio de pesquisas por palavras-chave e evita a perda ou destruição de documentos físicos. Além disso, a gestão eletrônica de documentos também melhora a segurança dos documentos, uma vez que é possível definir níveis de acesso aos documentos, criptografá-los e protegê-los contra alterações não autorizadas. O GED também permite a criação de trilhas de auditoria que registram todas as ações realizadas em relação a um documento.

## CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

### AULA 1

A LGPD NA PERSPECTIVA CONSTITUCIONAL: OS DIREITOS FUNDAMENTAIS  
A LGPD E A RELAÇÃO COM OUTROS DIPLOMAS LEGAIS  
ÂMBITO DE APLICAÇÃO DA LGPD  
OS FUNDAMENTOS DA LGPD

### AULA 2

CONCEITOS FUNDAMENTAIS  
HIPÓTESES LEGAIS E GERAIS DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS  
CONSENTIMENTO DO TITULAR  
LEGÍTIMO INTERESSE DO CONTROLADOR

### AULA 3

TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS SENSÍVEIS  
TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES  
TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS PELO PODER PÚBLICO  
COMPARTILHAMENTO DE DADOS PELO PODER PÚBLICO

### AULA 4

DIREITOS DO TITULAR DE DADOS PESSOAIS  
CICLO DE VIDA DOS DADOS PESSOAIS  
AGENTES DE TRATAMENTO DE DADOS: CONTROLADOR E OPERADOR  
ENCARREGADO DOS DADOS (DPO)

### AULA 5

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS  
ÓRGÃOS DE FISCALIZAÇÃO E REGULAÇÃO NACIONAL  
ÓRGÃOS ESTADUAIS DE FISCALIZAÇÃO E REGULAÇÃO  
O PAPEL DO CONTROLE EXTERNO NA FISCALIZAÇÃO DA LGPD

### AULA 6

BOAS PRÁTICAS E GOVERNANÇA  
PREMISSAS FUNDAMENTAIS DE GOVERNANÇA EM PRIVACIDADE À LUZ DA LGPD  
ELEMENTOS MANDATÓRIOS MÍNIMOS DO PROGRAMA DE GOVERNANÇA EM PRIVACIDADE  
O PROGRAMA DE “GOVERNANÇA EM PRIVACIDADE”: COMO ESTRUTURÁ-LO?

## BIBLIOGRAFIAS

- AMORA, J. Relação entre compliance e LGPD. Risco Legal, S.d. Disponível em: <https://vgrisolegal.com.br/blog/relacao-entre-lgpd-e-o-compliance/>.
- ANPD – Autoridade Nacional de Proteção de Dados. Tratamento de dados pessoais pelo Poder Público – Guia orientativo. Brasília: ANPD, 2022.
- BARROS, L. Gestão eletrônica de documentos: o que é e como funciona a GED? Tangerino, 2022. Disponível em: <https://tangerino.com.br/blog/gestaoeletronica-de-documentos/#Como-funciona-a-Gestão-Eletrônica-deDocumentos?>

SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO
RESUMO
O que é segurança da informação? O conceito de segurança em si já comporta vários significados. No idioma inglês, por exemplo, isso é diferenciado: o termo security refere-se à proteção contra ameaças intencionais, enquanto que seu sinônimo reliability indica a confiabilidade, a tolerância às falhas. Já o termo safety designa a proteção ao ambiente e aos seres vivos, incluindo-se aí a proteção à saúde e à vida. A segurança da informação é a parte da ciência da informação que tem por objetivo proteger os dados, as informações e os conhecimentos de modo a preservar o valor destes para os processos, produtos e serviços das pessoas e organizações.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
<b>AULA 1</b> SEGURANÇA NO CICLO DA VIDA DE INFORMAÇÃO SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO SUPORTADA POR TIC SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO CONVENCIONAL SEGURANÇA DA TIC NA OPERAÇÃO DOS NEGÓCIOS
<b>AULA 2</b> GESTÃO DE RISCOS OS PROCESSOS DA GESTÃO DE RISCOS TRATAMENTO DOS RISCOS GESTÃO DA CONTINUIDADE DOS NEGÓCIOS
<b>AULA 3</b> ÁREAS DE CONTROLE CLASSIFICAÇÃO DA INFORMAÇÃO PADRÕES DE CLASSIFICAÇÃO DA INFORMAÇÃO PROCESSO DE CLASSIFICAÇÃO
<b>AULA 4</b> CRIPTOGRAFIA SIMÉTRICA CRIPTOGRAFIA ASSIMÉTRICA ASSINATURA DIGITAL INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS
<b>AULA 5</b> MONITORAMENTO DE TRÁFEGO REDES PRIVADAS MALWARE INVASÃO DE PRIVACIDADE
<b>AULA 6</b> GOVERNANÇA DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL CONSCIENTIZAÇÃO, TREINAMENTO E EDUCAÇÃO PRINCÍPIOS ÉTICOS
BIBLIOGRAFIAS
<ul style="list-style-type: none"><li>● BEAL, A. Segurança da Informação: Princípios e Melhores Práticas para a Proteção dos Ativos de Informação nas Organizações. SÃO PAULO: ATLAS, 2008.</li><li>● FONTES, E. Segurança da Informação. 1. ED. SÃO PAULO: SARAIVA, 2001.</li><li>● KIM, D. Fundamentos de Segurança de Sistemas de Informação. 1. ED. RIO DE JANEIRO: LTC, 2014.</li></ul>

<b>DISCIPLINA:</b> <b>DESAFIOS ESTRATÉGICOS PARA A SEGURANÇA E DEFESA CIBERNÉTICA</b>
<b>RESUMO</b>
O surgimento dos primeiros computadores, sua evolução e o advento da internet foram, e ainda são, facilitadores da criação e do consumo exponencial da informação de uma maneira cada vez mais imediata. As novas tecnologias possibilitam que a expressão dos pensamentos, bem como das ideias das pessoas, floresçam em tempo real, criando assim um ciclo que envolve a produção e o consumo do que podemos considerar como Informações cibernéticas (Cordeiro Viana e Silva; Bandeira, 2016).
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>
<b>AULA 1</b> A CIBERNÉTICA O ESPAÇO CIBERNÉTICO CIBERCULTURA CIBERCRIMES
<b>AULA 2</b> SEGURANÇA CIBERNÉTICA PRIVACIDADE CIBERNÉTICA MANUTENÇÃO DA INTEGRIDADE DE DADOS A GESTÃO DA SEGURANÇA, PRIVACIDADE E INTEGRIDADE DE DADOS NO ESPAÇO CIBERNÉTICO
<b>AULA 3</b> COMPROMETIMENTO DA INTERNET GOVERNANÇA GOVERNANÇA NAS CORPORAÇÕES RESILIÊNCIA, DISSUASÃO E DEFESA: A CIBERSEGURANÇA NAS CORPORAÇÕES
<b>AULA 4</b> POLÍTICA DE DEFESA CIBERNÉTICA BRASILEIRA PARCERIAS INTERNACIONAIS DOUTRINA MILITAR DE DEFESA CIBERNÉTICA (DMDC) ESTRATÉGIA PARA GOVERNANÇA E IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE DEFESA CIBERNÉTICA NO BRASIL
<b>AULA 5</b> INTELIGÊNCIA CIBERNÉTICA, SEGURANÇA CIBERNÉTICA E CIBERGUERRA SITUAÇÃO DO BRASIL NO TOCANTE À SEGURANÇA CIBERNÉTICA O SISTEMA NACIONAL DE SEGURANÇA E DEFESA CIBERNÉTICA QUESTÕES CRÍTICAS COM RELAÇÃO À SEGURANÇA CIBERNÉTICA
<b>AULA 6</b> DEFESA AMPLIADA CONTRA RANSOMWARES FALHAS DE SEGURANÇA NAS ESTRUTURAS DE PLATAFORMAS DE COMPUTAÇÃO EM NUVEM PERSPECTIVAS DE SEGURANÇA NA INTERNET DAS COISAS (IOT) PORTA ABERTA DOS APPS E RISCOS DA MOBILIDADE TOTAL
<b>BIBLIOGRAFIAS</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>● AMORIM, C. Segurança Internacional: novos desafios para o Brasil. Contexto Internacional, 2013.</li><li>● BARROS, O. S. R.; GOMES, U. de M.; FREITAS, W. L. de. Segurança e defesa cibernética. Brasília: [s.n.], 2011.</li></ul>

- BRASIL. Gabinete de Segurança Institucional, Departamento de Segurança da Informação e Comunicações; organização Claudia Canongia e Raphael Mandarino Junior. Livro Verde - Segurança Cibernética no Brasil., p. 63, 2010. Disponível em: <http://dsic.planalto.gov.br>.

**DISCIPLINA:**  
**CRIMES NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

**EMENTA**

A partir do momento que o homem busca viver em sociedade, ele passa a regular sua convivência de acordo com as regras pela busca de relações harmoniosas. Diante das primeiras socializações, pode-se dizer que este é o protótipo do que se tornou o direito penal atual. Estudar a evolução histórica do direito penal é importante para a compreensão dos princípios que norteiam os sistemas de direito penal contemporâneos. Nesse contexto, podemos dividir a evolução do direito penal e suas punições em períodos e etapas, com características distintivas que influenciaram e ainda influenciam o direito penal atual.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**AULA 1**

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO PENAL

HISTÓRICO DO DIREITO PENAL NO BRASIL

DIREITO PENAL E PRINCÍPIOS

CONCEITOS FUNDAMENTAIS DO DIREITO PENAL APLICÁVEIS AOS CRIMES

CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**AULA 2**

DOS CRIMES PRATICADOS CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM GERAL

CRIMES QUE ENVOLVEM SISTEMA DE INFORMAÇÕES E DOCUMENTOS

EMPREGO IRREGULAR DE VERBAS OU RENDAS PÚBLICAS: CONCUSSÃO E

CORRUPÇÃO PASSIVA

DELITOS RELACIONADOS AO DEVER FUNCIONAL

**AULA 3**

CRIMES DE DESOBEDIÊNCIA E DESACATO

CRIMES DE TRÁFICO DE INFLUÊNCIA, CORRUPÇÃO ATIVA, DESCAMINHO E CONTRABANDO

CRIMES CONTRA A CONCORRÊNCIA, INUTILIZAÇÃO DE EDITAL OU SINAL,

SUBTRAÇÃO OU INUTILIZAÇÃO DE LIVRO OU DOCUMENTO

DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA

**AULA 4**

CONCEITO DE LICITAÇÃO E PRINCÍPIOS APLICÁVEIS

DAS MODALIDADES DE LICITAÇÃO

VALORES E LIMITES NAS LICITAÇÕES

SERVIDOR PÚBLICO E CONDUTAS TIPIFICADAS NA LEI N. 14.133 DE 01 DE ABRIL DE 2021 E ALTERAÇÕES

**AULA 5**

TIPOS PENais I

TIPOS PENais II

ASPECTOS RELEVANTES DA LEI N. 12.846/2013 – LEI ANTICORRUPÇÃO

DOS ATOS LESIVOS À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NACIONAL OU ESTRANGEIRA

**AULA 6**

ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA QUE IMPORTAM ENRIQUECIMENTO

ILÍCITO NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO  
ATOS DE IMPROBIDADE QUE CAUSAM PREJUÍZO AO ERÁRIO, NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO  
ALTERAÇÕES DA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA PELA LEI N. 14.230, DE 25 DE OUTUBRO DE 2021  
DAS PENAS APPLICÁVEIS AOS ATOS DE IMPROBIDADE, SEM PREJUÍZO DAS SANÇÕES PENais, CIVIS E ADMINISTRATIVAS, NOS TERMOS DAS LEIS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

#### BIBLIOGRAFIA

- DI PIETRO, M. S. Z. Direito Administrativo. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- MEIRELLES, H. L. Direito Administrativo Brasileiro. 18. ed. São Paulo: Malheiros, 1993.
- MIRABETE, J. F. Manual de Direito Penal. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2001. v. III.

#### DISCIPLINA:

CONTROLE INTERNO, EXTERNO E AUDITORIA GOVERNAMENTAL

#### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

##### AULA 1

A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E A ESTRUTURA BUROCRÁTICA  
POLÍTICAS PÚBLICAS E A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTERESSE DA SOCIEDADE  
A POLÍTICA E O PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO NO BRASIL  
A EXECUÇÃO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA NO BRASIL

##### AULA 2

O CONTROLE INSTITUCIONAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
AS ESPECIFICIDADES E OS PRINCÍPIOS DO CONTROLE  
OS PRINCÍPIOS LEGAIS NORTEADORES DO CONTROLE  
CONCEITO E PRINCÍPIOS DO CONTROLE INTERNO

##### AULA 3

OBJETIVOS DO CONTROLE INTERNO  
MODELOS DE REFERÊNCIA PARA CONTROLE INTERNO  
FUNÇÕES, OBJETIVOS E FINALIDADES DOS SISTEMAS DE CONTROLE INTERNO  
A LEGISLAÇÃO ACERCA DOS SISTEMAS DE CONTROLE INTERNO

##### AULA 4

O CONCEITO DA METODOLOGIA DE QUALIDADE DO PDCA NOS SISTEMAS DE CONTROLE INTERNO  
AS ETAPAS DE APLICAÇÃO DA METODOLOGIA PDCA NOS SISTEMAS DE CONTROLE INTERNO  
A ORIGEM E METODOLOGIA COSO DE CONTROLE INTERNO  
OS OBJETIVOS DA METODOLOGIA COSO

##### AULA 5

A RELAÇÃO E A INTERAÇÃO ENTRE AUDITORIA E CONTROLADORIA  
AUDITORIA GOVERNAMENTAL INTERNA E EXTERNA  
LIMITES NA AUDITORIA GOVERNAMENTAL  
O PLANEJAMENTO NA AUDITORIA GOVERNAMENTAL

##### AULA 6

O CONTROLE EXERCIDO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO E PELA SOCIEDADE  
A TRANSPARÊNCIA E O ACCOUNTABILITY NA GESTÃO PÚBLICA  
A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL E A RESPONSABILIDADE NA GESTÃO DOS

**RECURSOS PÚBLICOS  
A GOVERNANÇA E CONTROLE NA GESTÃO PÚBLICA**